



Resultado do Tesouro Estadual – 2º Bimestre/2018

Vitória-ES, Junho/2018





SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2018 será de continuidade do ajuste fiscal nas contas públicas do Estado.

No segundo bimestre de 2018 o Resultado do Tesouro Estadual foi superavitário em R\$ 466 milhões, que pode ser justificado pelo aumento real de 9,1% da receita de caixa.

A Receita Total do segundo bimestre de 2018 apresentou crescimento real de 5,7% em relação ao exercício anterior. Somente imposto sobre circulação de mercadoria e serviços – ICMS atingiu um crescimento real de 10,4%.

A Despesa Total apresentou variação real positiva de 4,5%, frente a igual período do ano anterior. Destaca-se o aumento real de 13,9% nas despesas de custeio.





ÍNDICE

A. PODER EXECUTIVO

- 1 Resultado do Tesouro Estadual
- 2 Receita Orçamentária
- 3 Receita de Operação de Crédito
- 4 Despesa Total
- 5 Despesa com Pessoal e Precatórios
- 6 Despesa com Custeio
- 7 Despesa com a Dívida Pública Contratual
- 8 Limites Legais: Pessoal, Dívida Pública, Operações de Crédito e Aplicações Mínimas

B. SETOR PÚBLICO ESTADUAL

- 1 Resultado Primário
- 2 Resultado Nominal
- 3 Acompanhamento das Metas Fiscais

C. ANEXO I

1 – Painel dos Resultados do Tesouro Estadual





INTRODUÇÃO

A presente publicação apresenta o quadro das Finanças do Estado, com uma análise dos principais indicadores fiscais, das receitas e despesas, dos resultados do tesouro estadual, orçamentário, primário e nominal.

A composição e a evolução desses números, bem como os fatores que os influenciaram, podem ser conhecidas em tópicos específicos de cada item.





RESULTADO DO PODER EXECUTIVO





1 – Resultado do Tesouro Estadual (PODER EXECUTIVO)

O resultado do Tesouro é um conceito de poupança do Poder Executivo, no qual se deduz da receita de caixa (receita total deduzida das transferências legais e constitucionais que o Estado deve realizar e das demais receitas vinculadas) os duodécimos repassados aos Demais Poderes (Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública) e as despesas realizadas com recursos de caixa.

A apuração destes valores demonstra, ao final, o saldo da execução orçamentária com recursos de caixa e a liquidez do Tesouro.





1 – Resultado do Tesouro Estadual (PODER EXECUTIVO)

Tabela 1: Resultado do Tesouro Estadual

Até Abril Variação Variação Até Abril **EXECUÇÃO DO TESOURO** Real (%) 2017 2018 Nominal (%) 3.719.288 9,1 Receita de Caixa do Tesouro 3.316.413 12,1 Duodécimos aos Poderes 563.373 588.541 4,5 1,7 6,4 Despesa Liquidada do Executivo 2.438.519 2.665.214 9,3 **PESSOAL** 1.600.773 1.673.616 4,6 1,7 540.407 666.386 23,3 20,0 **OUTRAS DESPESAS CORRENTES** 118.966 110.405 -7,2 -9,7 FINANCIAMENTO FUNDAP AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA 145.400 154.198 6,1 3,2 TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO PAGAMENTO DO PASEP 28.875 27.826 -6,2 -3,6 INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA 4.098 32.784 700,1 678,5 Resultado do Tesouro 314.521 465.532

72.843 125.979 -8.561 8.798 -1.049

28.686

151.011

R\$ Mil

Variação

2018/2017

402.875

25.168

226.695

Fonte: GECOG/SEFAZ





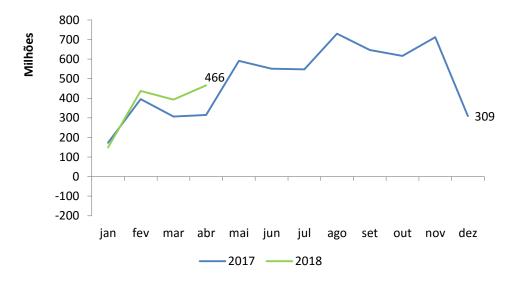
1 – Resultado do Tesouro Estadual (PODER EXECUTIVO)

Gráfico 1 – Resultado do Tesouro Estadual – Poder Executivo - Bimestral



Fonte: GECOG/SEFAZ Elaboração: SEFAZ

Gráfico 2 – Resultado do Tesouro Estadual – Poder Executivo - Acumulado



Fonte: GECOG/SEFAZ Elaboração: SEFAZ





2 - Receita **Orçamentária** (PODER EXECUTIVO)

A Receita Total realizada até o segundo bimestre de 2018 apresentou um crescimento 8,7% em relação período de 2017. mesmo Descontada inflação a período, verifica-se um aumento real de 5,7%.

Tabela 2: Evolução da Receita Total

Até Abril Até Abril Variação Variação **ESPECIFICAÇÃO** Nominal (%) Real (%) 2017 2018 8,7 5,7 4.769.081 5.181.871 RECEITA TOTAL 12,3 9,2 Receitas de impostos e taxas 3.497.024 3.925.966 ICMS - Inclusive FUNDAP 2.891.729 3.279.348 13,4 10,4 Taxas 192.855 199.398 3.4 0.6 Recuperação da dívida ativa 49.987 54.026 8.1 5,2 IPVA 168.846 179.335 6.2 3,4 IRRF 173.729 191.744 10.4 7.4 ITCMD 19.879 22.115 11,2 8,3 7,7 4,8 Receitas de Transferências 1.507.013 1.622.698 Royalties e Participações Especiais 420.980 455.237 8.1 5,2 FPE 448.751 489.898 9,2 6,2 Educação - FNDE e FUNDEB 316.799 340.035 7,3 4,4 Saúde - SUS 200.389 199.345 -0.5 -3,2 Cota-parte do IPI 68.179 75.050 10,1 7,1 FEX e Lei Kandir 20.784 20.357 -2,1 -4,7 Outras transferências 31.131 42.776 37.4 33,7 Outras Receitas (voluntárias e outras) 4,2 242.908 260.138 7,1 Receitas de Operações de Crédito 1,5 23.555 23.913 -1,2 9,3 Receitas Transferidas -1.442.306 -1.619.735 12.3 Aporte de Recursos para formação do Fundeb -566.739 -636.273 12.3 9.3 Repasse Constitucional aos Municípios -875.567 -983.462 12,3 9,3 0.2 Receitas do Instituto de Previdência 940.887 968.890 3.0

Variação
2018/2017
412.789
428.942
387.619
6.543
4.039
10.490
18.015
2.236
115.685
34.257
41.148
23.236
-1.043
6.870
-426
11.644
17.230
358
-177.429
-69.534
-107.895
28.003





2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

A Receita do Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS (sem FUNDAP), realizada até o segundo bimestre de 2018, apresentou um crescimento real de 10,6% em relação ao mesmo período de 2017.

Tabela 3: Evolução da Receita ICMS

ESPECIFICAÇÃO	Até Abril 2017	Até Abril 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)
ICMS (SEM FUNDAP)	2.738.080	3.113.267	13,7	10,6
Substituição Tributária	769.938	756.850	-1,7	-4,3
Energia Elétrica	376.603	430.028	14,2	11,1
Diversos	41.410	65.170	57,4	53,1
Comércio Exterior	205.081	166.638	-18,7	-20,9
Comunicação	570.423	645.308	13,1	10,1
Comércio	97.274	108.895	11,9	8,9
Simples Nacional	119.051	136.062	14,3	11,2
Transportes	379.048	575.752	51,9	47,8
Indústria	179.253	228.563	27,5	24,1

R\$ Mil

Variação 2018/2017
375.187
-13.088
53.425
23.760
-38.443
74.886
11.621
17.011
196.704
49.311





2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

Até o segundo bimestre de 2018 a Receita de Caixa apresentou crescimento nominal de 12,1% em relação ao mesmo período de 2017. Se considerada a inflação do período, temos uma variação real de 9,1%.

DEFINICÃO: Receita de Caixa é constituída pela Receita Total do Estado, excluída as transferências constitucionais e legais aos municípios e as vinculadas a programas específicos.





Tabela 4	4: Receita	de	Caixa	do	Tesouro

ESPECIFICAÇÃO	Até Abril 2017	Até Abril 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)
Receita Total	4.769.081	5.181.871	8,7	5,7
Receita Vinculada	1.452.668	1.462.583	0,7	-2,0
Receita de Caixa do Tesouro	3.316.413	3.719.288	12,1	9,1
ICMS NORMAL	2.046.449	2.326.433	13,7	10,6
ITCMD	19.879	22.115	11,2	8,3
IPVA	84.388	89.669	6,3	3,4
Outras Receitas (Taxas, Contribuição,)	286.081	327.971	14,6	11,6
ICMS FUNDAP	115.237	124.561	8,1	5,2
Cota-Parte IPI	51.134	56.287	10,1	7,1
FUNDEB	277.812	317.220	14,2	11,1
IRRF	173.729	191.743	10,4	7,4
Cota-Parte FPE	448.751	489.898	9,2	6,2
Receita Transferida ao FUNDEB	-566.739	-636.273	12,3	9,3
Royalties e Participação Especial	379.691	409.662	7,9	5,0

ESPECIFICAÇÃO	Até Abril 2017	Até Abril 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)
Receita de Caixa sem Rendas do Petróleo	2.936.722	3.309.625	12,7	9,7
Receita de Caixa do Tesouro sem FUNDAP	3.197.447	3.608.882	12,9	9,8

R\$ Mil	
Variação 2018/2017	
412.789	
9.915	
402.875	
279.983	
2.236	
5.282	
41.890	
9.324	
5.153	
39.408	I
18.015	I
41.148	
-69.534	
29.971	
	ı

Variação 2018/2017
372.903
411.435





2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

A Receita de Caixa realizada até o segundo bimestre de 2018 representou 35,2% do previsto para todo o exercício no Decreto de Programação Financeira.

Tabela 5: Receita Prevista x Receita Realizada

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Programação Financeira*	Até Abril 2018	% Realizado	Últimos 12 meses
Receita Corrente Líquida	12.297.869	4.268.605	34,7	12.556.663
Receita de Caixa do Tesouro	10.554.205	3.719.288	35,2	10.907.398
Receita Vinculada	6.316.670	1.462.583	23,2	6.913.756
Receita Total	16.870.875	5.181.871	30,7	17.821.154

Fonte: GECOG/SEFAZ Elaboração: SEFAZ

Nota:

^{*}Decreto nº 4201-R de 08 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira para o exercício de 2018.





3 – Receita de Operação de Crédito (PODER EXECUTIVO)

Tabela 6: Receita de Operação de Crédito

R\$ Mil

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Até Abril 2017	Até Abril 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)
Operações de Crédito Internas	-	687	-	-
BNDES - PROPAE	-	-	-	-
BNDES BRT GV	-	-	-	-
CEF - Manejo de Águas Pluviais RMGV	-	687	-	-
CEF - PróMoradia	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	23.555	23.226	-1,4	-4,0
BID - PROFAZ	6.549	-	-100,0	-100,0
BID - PRES III	17.006	-	-100,0	-100,0
BIRD - GESTÃO INTEGRADA DE ÁGUAS E PAISAGENS	-	23.226	-	-
TOTAL*	23.555	23.913	1,5	-1,2

Fonte: SIGEFES Elaboração: SEFAZ

Dentre as receitas de Operações Crédito, destacam-se à melhoria destinadas infraestrutura viária do Estado, com projetos específicos para a Região Metropolitana, como o Programa de Águas Pluviais com a CEF, o Programa Rodoviário III com o BID e o Gestão Integrada de Águas e Paisagens com o BIRD.

^{*}Estão apresentadas apenas as operações em execução em 2018





R\$ Mil

Variação

2018/2017

120.419 130.015

> -8.561 8.900

> > -713

16.819

266.879

4 – Despesa Total (PODER EXECUTIVO)

A Despesa Total do Estado apresentou um aumento real de 4,5% até o segundo bimestre de 2018, comparada ao mesmo período do exercício anterior.

Tabela 7: Despesa Liquidada - Poder Executivo / Todas as Fontes

Tabela 7. Bespesa Elquidada Todel Executivo / Todas as Folices						
ESPECIFICAÇÃO	Até Abril 2017	Até Abril 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)		
PESSOAL	2.448.946	2.569.365	4,9	2,1		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	763.100	893.115	17,0	13,9		
FINANCIAMENTO FUNDAP	118.966	110.405	-7,2	-9,7		
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	147.053	155.954	6,1	3,2		
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	-	-	-	-		
PAGAMENTO DO PASEP	38.803	38.089	-1,8	-4,5		
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA	81.706	98.526	20,6	17,3		
Total	3.598.575	3.865.453	7,4	4,5		

Fonte: SIGEFES Elaboração: SEFAZ

Nota:

O Aporte destinado a Contribuição Previdenciária para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS está incluído nas Despesas com Pessoal.





R\$ Mil

72.843 125.979

> -8.561 8.798

-1.04928.686

226.695

Variação

2018/2017

4 – Despesa Total (PODER EXECUTIVO)

Despesa com Recursos de Caixa apresentou um aumento real de 6,4% até o segundo bimestre de 2018, comparada ao mesmo período de 2017.

Tabela 8: Despesa Liquidada - Poder Executivo / Recursos de Caixa

abeta 6. Despesa Elquidada Todet Executivo / Recuisos de Carxa						
ESPECIFICAÇÃO	Até Abril 2017	Até Abril 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)		
PESSOAL	1.600.773	1.673.616	4,6	1,7		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	540.407	666.386	23,3	20,0		
FINANCIAMENTO FUNDAP	118.966	110.405	-7,2	-9,7		
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	145.400	154.198	6,1	3,2		
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	-	-	-	-		
PAGAMENTO DO PASEP	28.875	27.826	-3,6	-6,2		
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA	4.098	32.784	700,1	678,5		
Total	2.438.519	2.665.214	9,3	6,4		

Fonte: SIGEFES Elaboração: SEFAZ

Nota:

O Aporte destinado a Contribuição Previdenciária para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS está incluído nas Despesas com Pessoal.





As tabelas 9 e 9.1 apresentam as principais despesas com pessoal por fonte (recursos de caixa e todas as fontes, respectivamente).

Tabela 9: Despesa Liquidada com Pessoal e Encargos - Recurso de Caixa - Poder Executivo

ESPECIFICAÇÃO	Até Abril 2017	Até Abril 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)
Ativos - Vencimentos e Salários	665.546	638.526	-4,1	-6,6
Efetivos	627.658	597.679	-4,8	-7,3
Comissionados	37.888	40.846	7,8	4,9
Designação Temporária	158.842	211.118	32,9	29,3
Contribuição Patronal/Aporte	688.709	731.481	6,2	3,4
Outras Despesas de Pessoal	87.676	92.491	5,5	2,7
Pessoal e Encargos	1.600.773	1.673.616	4,6	1,7
Precatórios	-	-	-	-
Total da Despesa de Pessoal e Precatórios	1.600.773	1.673.616	4,6	1,7

R\$ Mil
Variação 2018/2017
-27.021
-29.979
2.958
52.277
42.772
4.814
72.843
-
72.843





Tabela 9.1: Despesa Liquidada com Pessoal e Encargos - Todas as Fontes - Poder Executivo

Até Abril Até Abril Variação Variação **ESPECIFICAÇÃO** Real (%) Nominal (%) 2017 2018 655.154 Ativos - Vencimentos e Salários 680.105 -3,7 -6,3 Efetivos 638.483 610.263 -7,0 -4,4 Comissionados 41.622 44.891 7,9 5,0 Designação Temporária 158.932 212.242 33,5 30,0 Contribuição Patronal/Aporte 698.366 742.121 6,3 3,4 Outras Despesas de Pessoal 911.543 959.848 2.448.946 2.569.365 2,1 Pessoal e Encargos 4,9 Precatórios 2.569.365 4,9 2,1 Total da Despesa de Pessoal e Precatórios 2.448.946

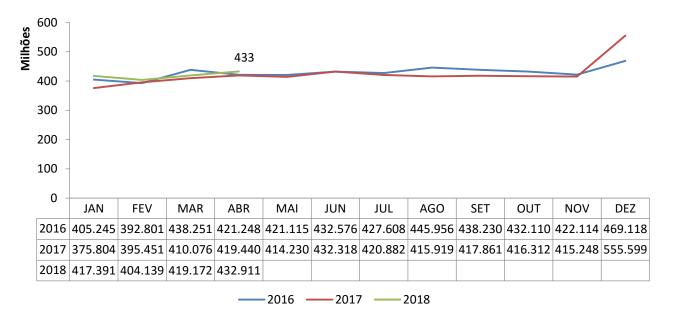
R\$ Mil Variação 2018/2017 -24.951 -28.220 3.269 53.309 43.755 48.305 120.419 120.419





O baixo valor da despesa com pessoal, característico do início do exercício, é decorrente, principalmente, do encerramento de contratos de designação temporária do Magistério, da Saúde e Segurança Pública.

Gráfico 3 – Despesa com Pessoal e Encargos – Recurso de Caixa – Poder Executivo



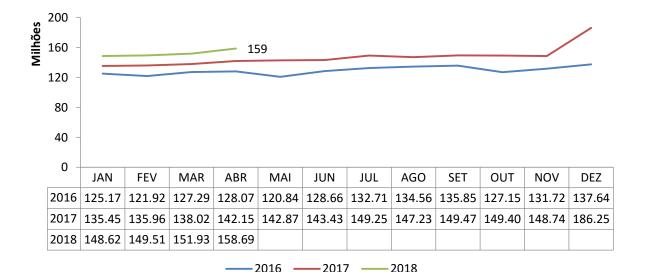
R\$ milhões Janeiro a Abril 1.674 2018 Janeiro a Abril 1.601 2017 Janeiro a Abril 1.658 2016





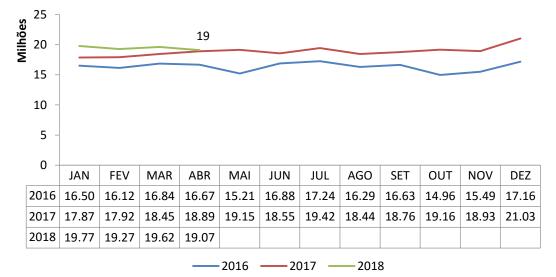
Os gráficos abaixo apresentam os valores aplicados na Contribuição Previdenciária para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS, conhecido como Aporte, tanto no Poder Executivo como para os outros Poderes.

Gráfico 4 – Aporte para cobertura do Déficit Financeiro do RPPS – Poder Executivo



Fonte: SIGEFES Elaboração: SEFAZ

Gráfico 5 – Aporte para cobertura do Déficit Financeiro do RPPS – Outros Poderes



Fonte: SIGEFES Elaboração: SEFAZ

Aporte são despesas orçamentárias destinadas à cobertura do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, utilizado para pagamento de benefícios previdenciários dos segurados vinculados ao Plano Financeiro.



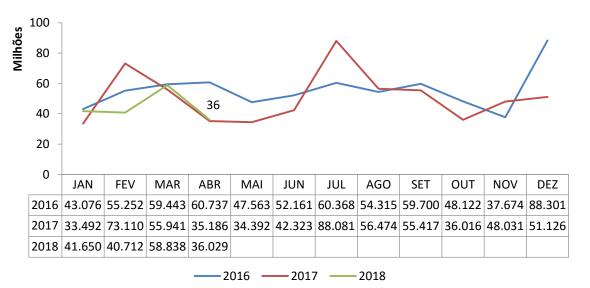


O Fluxo de Receitas e Despesas do Fundo Previdenciário que, criado em 2004, encontra-se no período de acumulação, com mais contribuições recebidas do que benefícios a serem pagos, apresentou queda nominal de -10,4% no segundo bimestre de 2018.

R\$ milhões

Janeiro a Abril 2018	177
Janeiro a Abril 2017	198
Janeiro a Abril 2016	219

Gráfico 6 – Fluxo Fundo Previdenciário



Fonte: GECOG/SEFAZ Elaboração: SEFAZ





Tabela 10: Outras Despesas Correntes - Recurso de Caixa - Poder Executivo

6 – Despesa com Custeio (PODER **EXECUTIVO)**

A tabela 10 apresenta a evolução das despesas de Custeio do Poder Executivo com recursos de Caixa.

R\$ milhões

	·
Janeiro a Abril 2018	694
Janeiro a Abril 2017	569
Janeiro a Abril 2016	562

					2111114 11111
CUSTEIO	Até Abril	Até Abril	Variação	Variação	Variação
COSTEIO	2017	2018	Nominal (%)	Real (%)	2018/2017
SERVIÇOS DE SAÚDE (serviços médicos/leitos/contratualização/cooperativas)	196.882	208.801	6,1	3,2	11.920
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO/MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	35.261	36.931	4,7	1,9	1.670
TRANSCOL SOCIAL/GERENCIAMENTO	29.818	34.197	14,7	11,6	4.379
VIGILÂNCIA OSTENSIVA	23.330	24.314	4,2	1,4	984
TRANSPORTE ESCOLAR	21.817	23.617	8,3	5,3	1.800
ALIMENTAÇÃO PRISIONAL	20.342	21.034	3,4	0,6	691
SENTENÇAS JUDICIAIS/SAÚDE	18.667	27.234	45,9	42,0	8.567
CAIXA ESCOLAR/APAE/PESTALOZZI/OUTRAS SUBVENÇÕES	150	-	-100,0	-100,0	-150
MEDICAMENTOS DESTINADOS A ASSISTENCIA SOCIAL	14.448	13.047	-9,7	-12,1	-1.400
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - FUNDOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.884	28.397	139,0	132,5	16.513
ENERGIA ELÉTRICA	10.651	11.389	6,9	4,1	738
SERVIÇOS APOIO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL	6.873	5.435	-20,9	-23,0	-1.438
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS/TI	3.889	6.355	63,4	59,0	2.466
SERVIÇOS DE PREPARO/FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	5.544	3.228	-41,8	-43,4	-2.317
TELECOMUNICAÇÕES	3.714	1.979	-46,7	-48,2	-1.736
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	1.668	1.379	-17,3	-19,6	-289
NOSSABOLSA	6.840	7.048	3,0	0,3	208
CONCESSÃO FAÇA FÁCIL	4.561	4.551	-0,2	-2,9	-10
OCAÇÃO DE IMÓVEIS/CONDOMÍNIOS	4.795	5.720	19,3	16,1	924
ÁGUA E ESGOTO	5.994	7.179	19,8	16,5	1.185
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	3.282	974	-70,3	-71,1	-2.308
SERVIÇOS EDUCACIONAIS/SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	2.761	4.245	53,8	49,6	1.485
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS - GASOLINA	4.112	5.455	32,7	29,1	1.343
MATERIAL HOSPITALAR	2.845	2.926	2,8	0,1	81
ESTAGIÁRIOS	4.643	3.893	-16,1	-18,4	-749
LOCAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE	2.997	2.364	-21,1	-23,2	-633
MATERIAL FARMACOLÓGICO	2.342	2.409	2,8	0,1	66
OCAÇÃO/MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.306	3.130	-27,3	-29,3	-1.176
AUXÍLIOS A PESSOAS FÍSICAS	164	748	357,1	344,8	584
AUXÍLIO-FARDAMENTO	5.166	5.396	4,4	1,6	230
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	3.550	45.598	1.184,4	1.149,9	42.048
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO EM GERAL	1.991	1.825	-8,4	-10,8	-167
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - MEDICAMENTOS	3.351	3.721	11,0	8,0	370
MEPES ¹	3.572	3.924	9,9	6,9	352
DUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	65.637	99.512	51,6	47,5	33.875
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.559	8.434	229,5	220,7	5.875
TOTAL	540.407	666.386	23,3	20,0	125.979
PASEP	28.875	27.826	-3,6	-6,2	-1.049
TOTAL GERAL	569.282	694.212	21,9	18,7	124.930
				,-	500

1- Movimento de Educação Promocional do Estado do Espírito Santo (MEPES): Transf. a Instit. Privadas sem fins Lucrativos de Substit. de Mão-de Obra e Demais Serviços.





7 – Despesa com a Dívida Pública Contratual (PODER EXECUTIVO)

A Dívida Pública Contratual do Estado composta contratos de operações de crédito internas e externas, dívidas parcelamento previdenciárias e de refinanciamentos de dívidas com a União, que representam, particularmente, o principal componente da dívida.

Tabela 11: Serviço da Dívida

R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO DA DÍVIDA	Até Abril 2017	Até Abril 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)
Parcelamento de Dívidas da Administração Indireta	1.772	2.033	14,7	11,6
PRODEST/CEASA	1.772	2.033	14,7	11,6
Dívida Contratual Interna - Administração Direta	125.870	132.519	5,3	2,5
CEF	19.143	10.999	-42,5	-44,1
BNDES	66.138	64.949	-1,8	-4,4
União - Refinanciamento	10.425	25.749	147,0	140,4
Lei 9496	4.186	19.475	365,2	352,7
Refinanciamento	1.954	19.475	896,6	869,8
Saneamento	2.232	-	-100,0	-100,0
Cohab	6.239	6.274	0,6	-2,1
Baneses	19.443	19.436	-0,0	-2,7
Parcelamentos: INSS e PASEP	10.722	11.386	6,2	3,3
Dívida Contratual Externa - Administração Direta	19.411	18.933	-2,5	-5,1
BID	12.643	11.972	-5,3	-7,9
BIRD	6.768	6.960	2,8	0,1
Serviço da Dívida Pública Contratual	147.053	153.485	4,4	1,6

Fonte: SUDIP/SEFAZ Elaboração: SEFAZ Valores Pagos





7 – Despesa com a Dívida Pública Contratual (PODER EXECUTIVO)

Nota Explicativa: O aumento real de 1,6% nos gastos com o valor pago em serviço da dívida pública até abril de 2018, na comparação com o mesmo período de 2017, decorreu em virtude da elevação nos gastos dos contratos de dívida externa, onde ocorreu uma evolução de 8,8% na taxa cambial do dólar norte-americano (a cotação PTAX venda da moeda em 30/04/2017 era de R\$ 3,1984 e, já em 30/04/2018 era de R\$ 3,4811). Nesse período também foi registrado o incremento de R\$ 23,9 milhões em liberações de recursos das operações de crédito (R\$ 23,3 milhões em operações de dívida externa e R\$ 0,6 milhões em operações de dívida interna) que impactaram o saldo da Dívida Consolidada

Tabela 12: Despesa com Servico da Dívida

ጎሶ		
, ,	NΛil	

DÍVIDA PÚBLICA CONTRATUAL	Até Abril 2017	Até Abril 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)
Valor Liquidado em serviço da Dívida Pública	147.053	153.485	4,4	1,6
Principal	72.212	70.729	-2,1	-4,7
Juros e Encargos	74.842	82.755	10,6	7,6
Dívida Contratual Interna - Administração Direta	125.870	132.519	5,3	2,5
Principal	55.989	55.446	-1,0	-3,6
Juros e Encargos	69.881	77.073	10,3	7,3
Dívida Contratual Externa - Administração Direta	19.411	18.933	-2,5	-5,1
Principal	14.996	14.056	-6,3	-8,8
Juros e Encargos	4.415	4.876	10,4	7,5
Administração Indireta	1.772	2.033	14,7	11,6
Principal	1.227	1.227	0,0	-2,7
Juros e Encargos	545	806	47,8	43,8

Fonte: SUDIP/SEFAZ Elaboração: SEFAZ Valores Pagos





8 - Limites Legais: Pessoal, Dívida Pública, Op. de Crédito e Aplicações Mínimas (PODER EXECUTIVO)

Tabela 13: Limites de Gasto com Pessoal e Encargos

Últimos 12 meses	RCL (R\$ Mil)	Despesa de Pessoal (R\$ Mil)	% Despesa de Pessoal/RCL	
LRF	12.556.663	5.348.758	42,6%	
Limite Máximo da RCL %		49,0		
Limite Prudencial da RCL %	46,5			
Limite de Alerta %		44,1		

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ





8 - Limites Legais: Pessoal, Dívida Pública, Op. de Crédito e Aplicações Mínimas (PODER EXECUTIVO)

Tabela 14: Aplicação Mínima em Saúde e Educação

PERÍODO	Até Abril 2017 %	Até Abril 2018 %
Aplicação em Saúde (Mínimo 12%) Aplicação em Educação (Mínimo 25%)	16,5 25.1	16,5 25,4
	23,1	23,1

Fonte: GECOG/SEFAZ Elaboração: SEFAZ

Tabela 15: Limites sobre a Receita

R\$ Mil

	Até Abril/2018			
ESPECIFICAÇÃO	Valores	% Efetivo Limites	Teto	
Receita Corrente Líquida:	12.556.663			
Saldo Devedor da Dívida Consolidada Líquida (até 200%)	1.505.484	12,0%	25.113.327	
Operação de Crédito no Exercício (até 16%)	23.913	0,2%	2.009.066	

Fonte: GECOG/SEFAZ Elaboração: SEFAZ





RESULTADO DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL





RESULTADO DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL

O Resultado do Setor Público Estadual possui um conceito mais abrangente, pois inclui dados não somente do Poder Executivo, como também dos outros Poderes, suas receitas e despesas, receitas de operação de crédito, receitas próprias das autarquias, fundos, entre outras informações.

Nesta seção serão apresentados os dados dos Resultados Primário e Nominal e um acompanhamento das Metas fixadas para o exercício de 2018.





1 – Resultado Primário (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Resultado Primário é definido pela diferença entre receitas e despesas do Governo, excluindo-se da conta as receitas e despesas financeiras.

É uma indicação de quanto o Estado economizou ao longo de um período, com vistas ao pagamento dos encargos financeiros.





1 – Resultado Primário (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Resultado Primário R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Até Abril 2017	Até Abril 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)
RECEITA TOTAL	4.769.081	5.181.871	8,7	5,7
DEDUÇÕES	275.258	206.805	-24,9	-26,9
Aplicações Financeiras	249.263	181.346	-27,2	-29,2
Operações de Crédito	23.555	23.913	1,5	-1,2
Alienação de Bens	2.440	1.547	-36,6	-38,3
RECEITA PRIMÁRIA (1)	4.493.824	4.975.065	10,7	7,7
DESPESA TOTAL	4.129.970	4.411.745	6,8	4,0
DEDUÇÕES	147.053	155.954	6,1	3,2
Juros e Encargos da Dívida	74.842	85.225	13,9	10,8
Amortização da Dívida	72.212	70.729	-2,1	-4,7
DESPESA PRIMÁRIA (2)	3.982.917	4.255.792	6,9	4,0
RESULTADO PRIMÁRIO (1 - 2)	510.907	719.273		

Fonte: GECOG/SEFAZ Elaboração: SEFAZ

Se Positivo SUPERÁVIT PRIMÁRIO

Poupança antes de pagar as Obrigações Financeiras

Se Negativo

DÉFICIT PRIMÁRIO

Obrigações Financeiras a descoberto





2 – Resultado Nominal (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Corresponde a variação total da dívida fiscal líquida de um determinado período. Até o segundo bimestre de

2018, houve uma redução na dívida fiscal líquida de R\$ 588 milhões.

Resultado Nominal do Estado

R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Saldo em	Saldo em
DISCRIIVIINAÇÃO DO RESULTADO	31/12/2017	30/04/2018
DÍVIDA CONSOLIDADA	6.752.253	6.785.104
DEDUÇÕES	4.638.173	5.279.620
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.930.258	3.347.984
Demais Haveres Financeiros	1.987.602	2.032.864
(-) Restos a Pagar Processados (exceto precatórios)	279.687	101.229
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	2.114.081	1.505.484
PASSIVOS RECONHECIDOS	515.730	495.084
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	1.598.351	1.010.400
RESULTADO NOMINAL NO PERÍODO		-587.951

Fonte: GECOG/SEFAZ Elaboração: SEFAZ

SE POSITIVO

Dívida Fiscal Líquida aumentou

SE NEGATIVO

Dívida Fiscal Líquida diminuiu





3 – Acompanhamento das Metas Fiscais (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Quadro de Acompanhamento de Metas Fiscais

R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Até Abril 2017	Até Abril 2018	Meta LDO 2018	
RESULTADO PRIMÁRIO	510.907	719.273	-831.455	
RESULTADO NOMINAL	-592.057	-587.951	861.828	

Fonte: GECOG/SEFAZ Elaboração: SEFAZ





ANEXO I

PAINEL DOS RESULTADOS DO TESOURO ESTADUAL





ANEXO I





1 – Painel dos Resultados do Tesouro Estadual

O Painel dos Resultados do Tesouro Estadual apresenta de forma sintética um panorama geral e abrangente das Finanças do Estado, abordando a evolução das Receitas e o comportamento das Despesas. Demonstra, ainda, os principais indicadores de Resultados do Tesouro, as Despesas de Pessoal como proporção da Receita Corrente Líquida e os mínimos constitucionais de aplicação em Saúde e Educação.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Fazenda



Em R\$ Mil

_		REALIZADO 2018	REALIZADO - ATÉ	2018/2017 %		
ESPECIFICAÇÃO	ORÇADO 2018	ACUMULADO	ABR 2017	NOMINAL	REAL	
1. RECEITA TOTAL	16.870.875	5.181.871	4.769.081	8,7%	5,7%	
1.1 RECEITAS DE IMPOSTOS E TAXAS	10.845.087	3.925.966	3.497.024	12,3%	9,2%	
ICMS - Exceto FUNDAP	8.358.814	3.113.267	2.738.080	13,7%	10,6%	
ICMS FUNDAP	467.645	166.081	153.649	8,1%	5,2%	
TAXAS	690.785	199.398	192.855	3,4%	0,6%	
IRRF	609.515	191.743	173.729	10,4%	7,4%	
IPVA	473.606	179.335	168.846	6,2%	3,4%	
DÍVIDA ATIVA, JUROS, MULTAS E CORREÇÃO MONETÁRIA	177.916	54.026	49.987	8,1%	5,2%	
ITCD	66.806	22.115	19.879	11,2%	8,3%	
1.2 RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	5.093.121	1.639.828	1.507.013	8,8%	5,9%	
COTA-PARTE ROYALTIES E PART. ESPECIAL	1.391.336	455.237	420.980	8,1%	5,2%	
COTA-PARTE DO FPE	1.454.690	489.898	448.751	9,2%	6,2%	
RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO - FNDE / FUNDEB	961.268	340.035	316.799	7,3%	4,4%	
RECURSOS PARA A SAÚDE - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	637.470	199.345	200.389	-0,5%	-3,2%	
COTA-PARTE DO IPI	228.935	75.050	68.179	10,1%	7,1%	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	298.940	59.905	31.131	92,4%	87,3%	
AUXÍLIO FINANCEIRO - FEX E LEI KANDIR	120.482	20.357	20.784	-2,1%	-4,7%	
1.3 RECEITAS DO INST. DE PREVIDÊNCIA JERÔNIMO MONTEIRO	3.312.391	968.890	940.887	3,0%	0,2%	
RECEITA PARA COBERTURA DO DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO	1.982.451	624.121	558.158	11,8%	8,8%	
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - EMPREGADOR	623.004	140.816	153.723	-8,4%	-10,9%	
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - EMPREGADO	391.893	93.782	100.503	-6,7%	-9,2%	
REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA (IPAJM)	315.043	110.172	128.503	-14,3%	-16,6%	
1.4 OUTRAS RECEITAS (VOLUNTÁRIAS E OUTRAS)	689.922	243.009	242.908	0,0%	-2,6%	
1.5 RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.328.830	23.913	23.555	1,5%	-1,2%	
1.6 (-) RECEITAS TRANSFERIDAS	4.398.475	1.619.735	1.442.306	12,3%	9,3%	
REPASSE CONSTITUCIONAL AOS MUNICÍPIOS	2.660.411	983.462	875.567	12,3%	9,3%	
APORTE DE RECURSOS PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	1.738.064	636.273	566.739	12,3%	9,3%	
1.A - RECEITAS VINCULADAS	6.316.670	1.462.583	1.452.668	0,7%	-2,0%	
1. B - RECEITA DE CAIXA DO TESOURO ESTADUAL	10.554.205	3.719.288	3.316.413	12,1%	9,1%	

Fonte: GECOG/SEFAZ Elaboração: SEFAZ



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Fazenda



Em R\$ Mil

_		REALIZADO 2018	REALIZADO - ATÉ	2018/2017 %	
ESPECIFICAÇÃO	ORÇADO 2018	ACUMULADO	ABR 2017	NOMINAL	REAL
2. DESPESA DE CAIXA	10.554.205	3.253.755	3.001.892	8,4%	5,5%
2.1 DESPESA DE CAIXA - REPASSE DE DUODÉCIMOS AOS PODERES	1.765.762	588.541	563.373	4,5%	1,7%
2.2 DESPESA DE CAIXA - PODER EXECUTIVO*	8.788.443	2.665.214	2.438.519	9,3%	6,4%
PESSOAL (exceto Precatórios e Aporte)	3.335.448	1.064.837	1.049.178	1,5%	-1,2%
APORTE PREVIDENCIÁRIO	1.966.592	608.779	551.595	10,4%	7,4%
OUTRAS DESP. CORRENTES - Exercício Atual	1.983.556	657.952	537.848	22,3%	19,0%
OUTRAS DESP. CORRENTES - Exercícios Anteriores	5.084	8.434	2.559	229,5%	220,7%
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA (Exceto FUNDAP)	127.544	32.784	4.098	700,1%	678,5%
FINANCIAMENTO FUNDAP	330.969	110.405	118.966	-7,2%	-9,7%
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	701.488	154.198	145.400	6,1%	3,2%
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	0	0	0	-	-
PAGAMENTO DO PASEP	91.422	27.826	28.875	-3,6%	-6,2%
2.3 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	246.340	0	0		
3. RESULTADOS					
3.1 PODER EXECUTIVO					
RESULTADO DO TESOURO ESTADUAL		465.532	314.521	48,01%	44,0%
3.2 SETOR PÚBLICO ESTADUAL					
RESULTADO PRIMÁRIO (Meta LDO 2018: R\$ - 831.455 mil)		719.273	510.907	40,8%	37,0%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO TOTAL		770.125	639.111	20,5%	17,3%
RESULTADO NOMINAL (Meta LDO 2018: R\$ 861.828 mil)		-587.951	-592.057	0,7%	3,4%
4. INDICADORES					
INVEST./INVER. FINANC. exceto financ. FUNDAP/FUNSAF (Rec. de todas as fontes)		99.640	84.724	18%	14%
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (Conceito LRF - 12 meses)		5.348.763	5.155.941	3,7%	1,0%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (Conceito LRF - 12 meses)		12.556.663	12.038.260	4,3%	1,5%
RELAÇÃO DESPESA DE PESSOAL/ RCL		42,60	42,83		
APLICAÇÃO EM SAÚDE (Mínimo 12%)		16,53%	16,51%		
APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO (Mínimo 25%)		25,40%	25,09%		

Fonte: GECOG/SEFAZ Elaboração: SEFAZ





2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Contratual Interna e Externa do Estado

Em R\$ Mil

DÍVIDA CONSOLIDADA CONTRATUAL INTERNA E EXTERNA

			ADM DIRETA OLI	ADM DIRETA OU VIGÊNCIA DO CONTRATO SISTEMA DE INDIRETA INÍCIO TÉRMINO AMORTIZAÇÃO	CICTEMA DE	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO	SALDO A LIBERAR	CORREÇÃO DO SALDO	
DISCRIMINAÇÃO / CREDOR	BASE LEGAL	DENOMINAÇÃO DA OPERAÇÃO			TÉRMINO	AMORTIZAÇÃO	EM 31.12.16) - R\$	EM 31.12.17) - R\$	EM 30.04.18) - R\$	(POSIÇÃO EM 31.12.17) R\$	ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
I - REFINANCIAMENTO UNIÃO											WONE DAMA
	Lei n.º 5.293/96 e 5.388/97 Lei n.º 10.767/17 - Aditivo ao ct.	Lei n.º 9.496/97 Aditivos 4º e 6º/2017, ao amparo LC 148/14 e 156/16.	da D	31/03/1998	30/03/2048	PRICE	1.284.702	1.376.360	1.394.125		CAM
	Lei n.º 7.546/03	LEI 8727/93 - COHAB ES	D	30/12/2003			882.358	926.253	939.849		
		6742-21	D	01/08/1988	01/07/2018	PRICE/PES	106.465		110.056		T.R
		10166-11	D	01/09/1988	01/07/2018	PRICE/PES	200.305		221.997		T.R
		513109-68 (FIN 6050	0-62) D	01/10/1986	01/05/2018	PRICE	360.903		399.121		T.R
		513402-20 (FIN 6740	-03) D	01/12/1984	01/05/2018	PRICE	30.244	31.932	32.452		T.R
		513406-68 (FIN 6741	-17) D	01/09/1989	01/05/2018	PRICE	6.620	6.725	6.747		T.R
		513407-72 (FIN 7656	-06) D	01/05/1985	01/05/2018	PRICE	11.729	11.902	11.936	i	T.R
		513409-90 (FIN 9450	-63) D	01/03/1986	01/05/2018	PRICE	12.682	13.354	13.560	1	T.R
		513411-31 (FIN 105	84-7 D	01/11/1986	01/05/2018	PRICE	43.787	46.600	47.484	l control of the cont	T.R
		513418-00 (FIN 1255	2-25 D	01/08/1985	01/05/2018	PRICE	36.517	37.910	38.311		T.R
		513662-72 (FIN 8556	-17) D	01/09/1988	01/05/2018	PRICE	25.550	27.637	28.315	i	T.R
		513665-04 (FIN 2500	5-83) D	01/01/1991	01/05/2018	PRICE	9.855	10.409	10.580)	T.R
		436633-77 (FIN 4946-	34) D	01/05/2014	01/04/2019	PRICE	19.713	11.557	8.725	i	T.R
		398759-78 (FIN 12844-15	D	01/12/2012	01/11/2017	PRICE	43	0	C		T.R
		0450418-56 (FIN 1728 ²	-16) D	01/02/2016	01/01/2020	PRICE	3.008	2.107	1.788	1	T.R
		0450435-64 (FIN 17282	-31) D	01/02/2016	01/01/2020	PRICE	1.437	1.007	855	i	T.R
		0450557-48 (FIN 17283	-57) D	01/02/2016	01/01/2020	PRICE	2.305	1.615	1.371		T.R
		0450567-64 (FIN 17675	-87) D	01/02/2016	01/01/2020	PRICE	753	519	438	1	T.R
		449675-57 (FIN 6746-	55) D	01/01/2016	01/12/2019	PRICE	383		214		T.R
		0453132-64 (FIN. 3398	-80) D	01/03/2016	01/02/2020	PRICE	4.326	2.993	2.536	i	T.R
		0453136-00 (FIN 7274-	81) D	01/03/2016	01/02/2020	PRICE	5.735		3.362		T.R
TOTAL REFINANCIAMENTO I							2.167.060	2.302.613	2.333.975		

Fonte: SUDIP/SEFAZ Elaboração: SEFAZ





Em R\$ Mil

DÍVIDA CONSOLIDADA CONTRATUAL INTERNA E EXTERNA

			ADM DIRETA OLL	VIGÊNCIA DO	CONTRATO	CICTEMA DE	CALDO DEVEDOR (BOCICÃO	CALDO DEVEDOR (BOCICÃO	CALDO DEVEDOD (DOCICÃO	SALDO A LIBERAR	CORREÇÃO DO SALDO
DISCRIMINAÇÃO / CREDOR	BASE LEGAL	DENOMINAÇÃO DA OPERAÇÃO	ADM DIRETA OU INDIRETA	INÍCIO	TÉRMINO	SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO	EM 31.12.16) - R\$	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO EM 31.12.17) - R\$	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO EM 30.04.18) - R\$	(POSIÇÃO EM 31.12.17) R\$	ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
- FINANCIAMENTO INTERNO											
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA I	D	23/06/2006	19/11/2027	PRICE	1.334	1.301	1.269	130.510	TR
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA II	D	23/06/2006	19/09/2028	PRICE	1.112	1.051	1.028	272.863	TR
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA III	D	23/06/2006	19/08/2028	PRICE	2.377	2.248	2.198	1.275.029	TR
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA IV	D	23/06/2006	19/11/2028	PRICE	3.289	3.209	3.139		TR
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA V	D	23/06/2006	19/03/2028	PRICE	583	549	536		TR
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA VI	D	23/06/2006	19/03/2028	PRICE	2.097	1.974	1.927		TR
aixa Econômica Federal - CEF	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA VII	D	23/06/2006	19/02/2028	PRICE	1.870	1.759	1.717	1.634.510	TR
		ISMAP - Campo Grande	D	31/07/2013	01/09/2035	PRICE	0	0	1.302		TR
	Lei n.º 10.025/2013	ISMAP - Canal da Costa	D	31/07/2013	01/09/2035	PRICE			617		TR
	201111 101020/2010	ISMAP - Canal Guaranhuns	D	31/07/2013	01/09/2035	PRICE	2.186	2.217	963		T.R
	Lei nº 9.914/2012 e Lei			01/01/2010	01/05/2000	TRIOL	2.100	2.217	300	71.323.033	1.10
	nº 10.765/2017 (Termo	FINISA - Resolução CMN 4109/12		15/01/2018	15/11/2042	SAC					Δ URTJLP
	Aditivo)	Refinanciamento cf. art.2º LC 156/2016.	D	10/01/2010	10/11/2042	0/10	374.088	354.369	353.184		A OITTOLI
	Lei n.º 8.755/07 e						074.000	004.000	000.104		
	9.117/09	Saúde	D	25/09/2009	15/10/2019	SAC	66.157	43.270	35.482	8.425.883	Δ URTJLP
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e	Lei n.º 9.004/08	TRANSCOL IV	D	20/05/2010	15/06/2020	SAC	83.348	60.177	52.271	0.120.000	Δ URTJLP
Social - BNDES	Lei nº 9.593/2010	BRT- GRANDE VITÓRIA	D	14/05/2012	15/05/2032	SAC	59.502	56.243	55.066	482.354.407	Δ URTJLP
	Lei nº 9.874/12	PROPAE	D	07/12/2012	15/12/2034	SAC	2.339.150	2.364.399	2.369.731		∆ URTJLP
	Lei n.º 9.374/09	Estados	D	20/05/2010	15/06/2020	SAC	40.085	2.304.399	2.309.731		Δ URTJLP
TOTAL FINANCIAMENTO INTERNO	Lei II.* 9.374/09	Estados	U	20/05/2010	15/06/2020	SAC	2.977.178	2.921.707	2.905.569		ΔURIJLE
I - FINANCIAMENTO EXTERNO			I		1	Г	2.511.110	2.921.707	2.303.303	1.402.330.040	
THE THE THE TEXT OF THE TEXT O	Lei 10.186/2014	Proieto Estado Presente	D	28/12/2017	15/11/2041	SAC	0	0		181.680.800	DÓLAR
	E01 10.100/2014	.,			10/11/2041					101.000.000	
	Lei n.º 6.731/01	PRES II - Programa Rodoviário do ES II	D	28/03/2006	20/01/2026	SAC	151.711	137.778	136.459		DÓLAR
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID							101.711	107.770	100.400		
	Lei n.º 8.996/2008	PRES III- Programa Rodoviário do ES III	D	21/11/2011	15/12/2036	SAC	481.861	527.210	554.798	24.654.035	DÓLAR
	Lei n.º 9.072/08	PROFAZ	D	05/11/2010	15/04/2030	SAC	34.550	51.378	48.450	24.004.000	DÓLAR
	Lei n.º 7.728/93	Projeto Águas Limpas	D	10/11/2004	15/05/2021	SAC	43.939	34.667	36.481		DÓLAR
Banco Internacional para Reconstrução e	Lei n.º 8.860/08	Projeto Águas Limpas - 2ª ETAPA	D	17/09/2009	15/09/2038	SAC	189.916	184.014	189.039		DÓLAR
Desenvolvimento - BIRD		Projeto Gestão Integrada de Águas e da		17/03/2003			109.910	104.014	169.038		
	Lei 10.050/2013	Paisagem	D	28/09/2015	15/08/2038	CUSTOMIZADO	18.091	25.950	51.676	232.726.325	DÓLAR
TOTAL FINANCIAMENTO EXTERNO		r dioagem	ı		1	l	920.068	960.997	1.016.902		
II - DEMAIS DÍVIDAS							1				
Fundação Banestes de Seguridade Social -			†				†				
BANESES	Lei n.º 5527/97	Assunção de dívidas junto à BANESES	D	29/06/1998	30/11/2018	PRICE	104.384	51.207	33.574		IGP-DI
V - PARCELAMENTO E RENEGOCIAÇÃO DE								¥			
DÍVIDAS											
PASEP	LEI n.º 12.180/12	PASEP / GEES	D	20/07/2013	20/05/2032	SAC	347.355	324.765	317.236		
NSS		Previdenciário / CEASA		20/07/2013	20/05/2032	SAC	1.193	1.193	1.193		
NSS		Previdenciário / PRODEST	l i	20/07/2003	20/06/2018	SAC	294	1.193	33		
ASEP		PASEP / IPAJM	1 :	31/07/2003	30/03/2016	SAC	294	90	48.798		
OTAL PARCELAMENTO E RENEGOCIAÇÃ	O DE DÍVIDAS	IFAGET / IFAGINI	<u>'</u>	31/01/2003	30/03/2016	SAC	348.842	326.057	367.260		
4	O DE DIVIDAS	·	ĺ		1						
OTAL GERAL I+II+III+IV							6.517.533	6.562.580	6.657.280		

A divida junto ao PASEP do IPAJM não é considerada como divida consolidada.

2. Os parcelamentos do PASEP e INSS não possuem atualização monetária.

Fonte: SUDIP/SEFAZ Elaboração: SEFAZ



SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Bruno Funchal



SUBSECRETÁRIO DO TESOURO ESTADUAL

Gustavo Lisboa Cruz

GERENTE DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO

Bruno Pires Dias

GERENTE GERAL DE FINANÇAS DO ESTADO

Daniel Correa

GERENTE DE POLÍTICA FISCAL E DA DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO

Marco Antonio Rocha Lima Guilherme

SUBGERENTE DE POLÍTICA FISCAL

Ighor David Dias

SUBGERENTE DE INFORMAÇÕES FISCAIS E CONTABILIDADE DE CUSTO

Alan Johanson

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Assessoria Técnica Fazendária

Marcos Antonio Bragatto Pedro de Oliveira

Subgerência de Política Fiscal

Alexandre Viana Gebara Amílcar José Carvalho Rudisom Rodrigues de Paula

RESULTADO DO TESOURO ESTADUAL é uma publicação periódica da Subsecretaria do Tesouro Estadual, elaborada pela Assessoria Técnica Fazendária e pela Gerência de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado. Para garantir a atualidade da divulgação deste relatório, informamos que os dados estão sujeitos a revisão.